

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	20
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	21
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	22
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	22
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	25
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS .....	25
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	25
12. INTANGÍVEL .....	28
13. FORNECEDORES .....	29
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES .....	30
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	31
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	34
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	35
18. PROVISÕES.....	36
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	41
20. RECEITA.....	42
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	46
22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	50
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	51
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	54
25. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA.....	62
26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	62
27. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	63
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	64
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	79

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	293.952	520.887
Títulos e valores mobiliários	5	7.886	302.298
Consumidores e revendedores	6	2.563.247	2.686.274
Concessionários – transporte de energia	6	185.852	124.951
Tributos compensáveis	7	81.096	106.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	160.772	174.694
Estoques		25.179	29.164
Contribuição de iluminação pública		155.578	148.827
Reembolso subsídios tarifários	10	82.470	73.345
Subvenção baixa renda		25.140	26.660
Ativos financeiros da concessão	11	99.816	158.525
Outros		155.544	147.915
<b>Total do circulante</b>		<b>3.836.532</b>	<b>4.499.548</b>
<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	1.607	8.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	1.142.230	1.106.081
Tributos compensáveis	7	181.287	181.556
Depósitos vinculados a litígios	9	1.681.059	1.650.412
Consumidores e revendedores	6	711	172.080
Concessionários - transporte de energia	6	71.264	71.676
Outros créditos		64.141	41.249
Ativos financeiros da concessão	11	1.143.286	580.247
Intangíveis	12	9.389.632	9.336.486
<b>Total do não circulante</b>		<b>13.675.217</b>	<b>13.148.080</b>
<b>Ativo total</b>		<b>17.511.749</b>	<b>17.647.628</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	27.287	27.716
Debêntures	15	565.507	566.071
Fornecedores	13	1.691.894	1.655.382
Impostos, taxas e contribuições	14	214.491	523.914
Salários e encargos sociais		147.395	134.475
Encargos regulatórios	16	290.417	358.760
Participação dos empregados e administradores no resultado		13.600	3.175
Obrigações pós-emprego	17	170.341	166.525
Contribuição de iluminação pública		278.261	274.726
Passivos financeiros da concessão	11	16.751	414.800
Outros		210.232	267.300
<b>Total do circulante</b>		<b>3.626.176</b>	<b>4.392.844</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	1.565.345	1.166.935
Debêntures	15	3.470.413	3.921.969
Provisões	18	446.980	480.977
Obrigações pós-emprego	17	2.682.194	2.655.628
Impostos, taxas e contribuições	14	24.040	23.146
Encargos regulatórios	16	193.071	160.703
Passivos financeiros da concessão	11	6.295	-
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	14	1.105.572	1.087.230
Outros		15.773	20.886
<b>Total do não circulante</b>		<b>9.509.683</b>	<b>9.517.474</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>13.135.859</b>	<b>13.910.318</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19	2.771.998	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.060.000	1.500.000
Reservas de lucros		392.497	392.497
Ajustes de avaliação patrimonial		(927.185)	(927.185)
Lucros acumulados		78.580	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.375.890</b>	<b>3.737.310</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>17.511.749</b>	<b>17.647.628</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)	Jan a Jun/2017
<b>Receita</b>	20	6.528.045	5.619.766
<b>Custos operacionais</b>	21		
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(3.412.396)	(3.054.465)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(780.585)	(314.264)
		(4.192.981)	(3.368.729)
<b>Custos</b>			
Pessoal e administradores		(359.163)	(502.479)
Materiais		(17.504)	(12.348)
Serviços de terceiros		(358.812)	(296.975)
Amortização		(259.185)	(243.606)
Provisões operacionais, líquidas		13.218	(152.278)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(361.492)	(421.112)
Outros		(27.875)	(13.043)
		(1.370.813)	(1.641.841)
<b>Custo total</b>		<b>(5.563.794)</b>	<b>(5.010.570)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>964.251</b>	<b>609.196</b>
<b>Despesa operacional</b>	21		
Despesas com vendas		(167.192)	(140.765)
Despesas gerais e administrativas		(226.491)	(274.443)
Outras despesas operacionais		(171.613)	(233.647)
		(565.296)	(648.855)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b>398.955</b>	<b>(39.659)</b>
Receitas financeiras	22	182.241	205.427
Despesas financeiras	22	(312.299)	(433.533)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>268.897</b>	<b>(267.765)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(76.352)	(61.188)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(14.889)	137.858
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>		<b>177.656</b>	<b>(191.095)</b>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	19	<b>0,0753</b>	<b>(0,0810)</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Abr a Jun/18 (Reapresentado)	Abr a Jun/17
<b>Receita</b>	20	3.544.504	2.851.778
<b>Custos operacionais</b>	21		
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.927.103)	(1.675.757)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(409.740)	(151.817)
		<u>(2.336.843)</u>	<u>(1.827.574)</u>
<b>Custos</b>			
Pessoal e administradores		(192.667)	(300.527)
Materiais		(11.766)	(8.233)
Serviços de terceiros		(204.933)	(168.145)
Amortização		(130.419)	(127.239)
Provisões operacionais, líquidas		22.039	(81.879)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(191.418)	(239.754)
Outros		(17.514)	(11.588)
		<u>(726.678)</u>	<u>(937.365)</u>
<b>Custo total</b>		<b>(3.063.521)</b>	<b>(2.764.939)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>480.983</b>	<b>86.839</b>
<b>Despesa operacional</b>	21		
Despesas com vendas		(91.355)	(74.570)
Despesas gerais e administrativas		(73.571)	(138.408)
Outras despesas operacionais		(91.319)	(110.483)
		<u>(256.245)</u>	<u>(323.461)</u>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b>224.738</b>	<b>(236.622)</b>
Receitas financeiras	22	103.336	102.928
Despesas financeiras	22	(162.795)	(217.570)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>165.279</b>	<b>(351.264)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(35.660)	43.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(17.685)	67.994
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>		<b>111.934</b>	<b>(240.003)</b>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)		<b>0,0474</b>	<b>(0,1017)</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)	Jan a Jun/2017
Lucro líquido (prejuízo) do período	177.656	(191.095)
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>177.656</b>	<b>(191.095)</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/18 (Reapresentado)	Abr a Jun/17
Lucro líquido (prejuízo) do período	111.934	(240.003)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>111.934</b>	<b>(240.003)</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>2.361.998</b>	<b>410.000</b>	<b>509.810</b>	<b>(781.941)</b>	<b>-</b>	<b>2.499.867</b>
Aumento de capital (nota 19)	410.000	(410.000)	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	(191.095)	(191.095)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(191.095)	(191.095)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017</b>	<b>2.771.998</b>	<b>-</b>	<b>509.810</b>	<b>(781.941)</b>	<b>(191.095)</b>	<b>2.308.772</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>2.771.998</b>	<b>1.500.000</b>	<b>392.497</b>	<b>(927.185)</b>	<b>-</b>	<b>3.737.310</b>
Adoção inicial CPC 48, líquido de impostos (nota 2.2)	-	-	-	-	(99.076)	(99.076)
<b>Resultado abrangente</b>						
Lucro líquido do período	-	-	-	-	177.656	177.656
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>177.656</b>	<b>177.656</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 19)	-	560.000	-	-	-	560.000
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Reapresentado)</b>	<b>2.771.998</b>	<b>2.060.000</b>	<b>392.497</b>	<b>(927.185)</b>	<b>78.580</b>	<b>4.375.890</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)	Jan a Jun/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do período		177.656	(191.095)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	17	136.692	157.874
Amortização	12b	292.240	263.051
Provisões para perdas operacionais, líquidas	21	148.588	293.043
	11a e		
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12b	5.208	6.031
Juros e variações monetárias		239.003	344.463
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos		5.742	12.136
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	20	(1.150.672)	331.896
Imposto de renda e contribuição social	8c	91.241	(76.670)
		<u>(54.302)</u>	<u>1.140.729</u>
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>			
Consumidores e revendedores		(17.418)	(141.203)
Concessionários – transporte de energia		(60.489)	4.994
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	11b	280.453	145.502
Tributos compensáveis		(49.456)	(580)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(5.941)	41.034
Depósitos vinculados a litígios		(33.544)	(25.957)
Reembolso Subsídios Tarifários		(9.125)	(9.594)
Subvenção baixa renda		1.520	5.496
Outros		(32.627)	(37.909)
		<u>73.373</u>	<u>(18.217)</u>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Fornecedores		36.512	190.438
Impostos, taxas e contribuições		(233.703)	(91.475)
IR e CSLL a pagar		-	62.355
Salários e encargos sociais		12.920	7.179
Encargos regulatórios		(35.975)	1.581
Obrigações pós-emprego	17	(106.310)	(95.976)
Outros		(68.998)	(100.006)
		<u>(395.554)</u>	<u>(25.904)</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(376.483)</b>	<b>1.096.608</b>
Juros pagos	15	(275.313)	(285.119)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(56.090)	(123.543)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(707.886)</b>	<b>687.946</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		299.419	(134.091)
Em intangível	12	(346.385)	(382.164)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(46.966)</b>	<b>(516.255)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos obtidos	15	395.860	-
Pagamentos de empréstimos	15	(427.943)	(177.163)
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	560.000	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>527.917</b>	<b>(177.163)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	520.887	426.074
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	293.952	420.602

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

### PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)		Jan a Jun/2017	
<b>Receitas</b>				
Venda de energia e serviços	10.557.185		9.340.041	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	361.492		421.112	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	3.066		1.511	
Outras receitas	3.939		1.479	
Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(161.806)		(140.765)	
	<u>10.763.876</u>		<u>9.623.378</u>	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(3.745.306)		(3.360.581)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(860.149)		(346.295)	
Serviços de terceiros	(572.464)		(535.964)	
Materiais	(175.479)		(199.472)	
Outros custos operacionais	(68.208)		(251.311)	
	<u>(5.421.606)</u>		<u>(4.693.623)</u>	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u><b>5.342.270</b></u>		<u><b>4.929.755</b></u>	
<b>Retenções</b>				
Amortização	(292.240)		(263.051)	
<b>Valor adicionado líquido</b>	<u><b>5.050.030</b></u>		<u><b>4.666.704</b></u>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	182.241		205.427	
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u><b>5.232.271</b></u>		<u><b>4.872.131</b></u>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
		%		%
<b>Empregados</b>	<b>548.653</b>	<b>10,48</b>	<b>753.064</b>	<b>15,46</b>
Remuneração direta	345.964	6,61	414.153	8,50
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	161.676	3,08	188.560	3,88
FGTS	23.899	0,46	26.908	0,55
Programa de desligamento voluntário programado	17.114	0,33	123.443	2,53
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>4.141.624</b>	<b>79,16</b>	<b>3.803.395</b>	<b>78,06</b>
Federais	2.015.973	38,53	1.566.479	32,15
Estaduais	2.121.187	40,54	2.233.564	45,84
Municipais	4.464	0,09	3.352	0,07
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>364.338</b>	<b>6,96</b>	<b>506.767</b>	<b>10,40</b>
Juros	327.406	6,25	472.481	9,70
Aluguéis	36.932	0,71	34.286	0,70
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>177.656</b>	<b>3,40</b>	<b>(191.095)</b>	<b>(3,92)</b>
Lucro (prejuízo) Retidos	177.656	3,40	(191.095)	(3,92)
	<u><b>5.232.271</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>4.872.131</b></u>	<u><b>100,00</b></u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.395.120 consumidores em 30 de junho de 2018 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

#### **Mudanças no estatuto da Companhia – aprimoramento da governança corporativa**

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- Criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 13 de agosto de 2018 e, em 27 de novembro de 2018, autorizou a sua reapresentação para refletir os efeitos dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2

## 2.2. Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

### *IFRS 15/ CPC 47 (Receita de contratos com clientes)*

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu no reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 na demonstração do resultado para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2018:

Reapresentado	Jan a Jun/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste (1) IFRS 15/CPC 47	Jan a Jun/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47
RECEITA LÍQUIDA	6.528.045	25.681	6.553.726
CUSTOS OPERACIONAIS	(5.563.794)	-	(5.563.794)
DESPESAS OPERACIONAIS	(565.296)	(25.681)	(590.977)
Resultado financeiro	(130.058)	-	(130.058)
Imposto de renda e contribuição social	(91.241)	-	(91.241)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>177.656</b>	<b>-</b>	<b>177.656</b>

Reapresentado	Abr a Jun/18 com adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste (1) IFRS 15/CPC 47	Abr a Jun/18 sem adoção do IFRS 15/CPC 47
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>3.544.504</b>	<b>9.235</b>	<b>3.553.739</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.063.521)</b>	<b>-</b>	<b>(3.063.521)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(256.245)</b>	<b>(9.235)</b>	<b>(265.480)</b>
Resultado financeiro	(59.459)	-	(59.459)
Imposto de renda e contribuição social	(53.345)	-	(53.345)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>111.934</b>	<b>-</b>	<b>111.934</b>

1) Refere-se a penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI

### IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
<b>Ativos Financeiros</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de Subsídios Tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção Baixa Renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Distribuição	Disponível para venda	Valor justo resultado
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;  
 2) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos.

### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O impacto material decorrente da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018 está relacionado ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia adotou, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia	150.114
Impostos diferidos	(51.038)
	<u>99.076</u>

### **2.3. Reapresentação das informações contábeis intermediárias**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. Parte do resultado homologado correspondeu a repasses diretos na tarifa referentes às variações dos custos não gerenciáveis (Parcela A), decorrentes principalmente de: compra de energia, encargos de transmissão e outros itens financeiros componentes da tarifa, para os quais a Companhia registrou os efeitos contábeis a partir de maio de 2018.

Após a publicação das informações contábeis intermediárias do trimestre e período findo em 30 de setembro de 2018, foram identificadas divergências na contabilização da amortização de determinados ativos e passivos financeiros da concessão relacionados à Conta de

compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros homologados na revisão tarifária mencionada acima. Dessa forma, a Companhia optou pela rerepresentação dessas informações contábeis intermediárias, a fim de refletir de forma mais adequada a sua situação patrimonial e o seu desempenho operacional. Esses assuntos não provocaram efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentadas para fins de comparação e nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2018.

Com base nas orientações do CPC 23/IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as informações contábeis intermediárias estão sendo rerepresentados com os seguintes ajustes:

- (a) Correção das divergências na contabilização da amortização de determinados ativos e passivos financeiros da concessão relacionados à Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros homologados na revisão tarifária de 28 de maio de 2018 no montante de R\$81.623 nos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2018.
- (b) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos nos montantes de R\$16.375 e R\$7.480, respectivamente, nos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2018.
- (c) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de PASEP/COFINS no montante total de R\$7.550 nos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2018.
- (d) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de encargos regulatórios no montante total de R\$734 nos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2018.
- (e) Efeitos dos ajustes indicados nos itens (a), (b), (c) e (d) no montante de R\$49.484 no resultado dos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2018.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	30/06/2018	Ajustes	30/06/2018 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)	177.147	(16.375)	160.772
Ativos financeiros da concessão (a)	18.193	81.623	99.816
Outros ativos circulantes não afetados	3.575.944	-	3.575.944
<b>Total do circulante</b>	<b>3.771.284</b>	<b>65.248</b>	<b>3.836.532</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	1.149.710	(7.480)	1.142.230
Outros ativos não circulantes não afetados	12.532.987	-	12.532.987
<b>Total do não circulante</b>	<b>13.682.697</b>	<b>(7.480)</b>	<b>13.675.217</b>
<b>Ativo total</b>	<b>17.453.981</b>	<b>57.768</b>	<b>17.511.749</b>

Passivo	30/06/2018	Ajustes	30/06/2018 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>			
Impostos, taxas e contribuições (c)	206.941	7.550	214.491
Encargos regulatórios (d)	290.197	220	290.417
Outros passivos circulantes não afetados	3.121.268	-	3.121.268
<b>Total do circulante</b>	<b>3.618.406</b>	<b>7.770</b>	<b>3.626.176</b>
<b>Não Circulante</b>			
Encargos regulatórios (d)	192.557	514	193.071
Outros passivos não circulantes não afetados	9.316.612	-	9.316.612
<b>Total do não circulante</b>	<b>9.509.169</b>	<b>514</b>	<b>9.509.683</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>13.127.575</b>	<b>8.284</b>	<b>13.135.859</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	2.771.998	-	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.060.000	-	2.060.000
Reservas de lucros	392.497	-	392.497
Ajustes de avaliação patrimonial	(927.185)	-	(927.185)
Lucros acumulados (e)	29.096	49.484	78.580
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.326.406</b>	<b>49.484</b>	<b>4.375.890</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>17.453.981</b>	<b>57.768</b>	<b>17.511.749</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

Demonstrações dos Resultados	Jan a Jun/2018	Ajustes	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)
Receita (a), (c) e (d)	6.454.706	73.339	6.528.045
Custo total	(5.563.794)	-	(5.563.794)
<b>Lucro bruto</b>	<b>890.912</b>	<b>73.339</b>	<b>964.251</b>
Despesa operacional	(565.296)	-	(565.296)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>	<b>325.616</b>	<b>73.339</b>	<b>398.955</b>
Receitas financeiras	182.241	-	182.241
Despesas financeiras	(312.299)	-	(312.299)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>195.558</b>	<b>73.339</b>	<b>268.897</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	(59.977)	(16.375)	(76.352)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(7.409)	(7.480)	(14.889)
<b>Resultado do período (e)</b>	<b>128.172</b>	<b>49.484</b>	<b>177.656</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>	<b>0,0543</b>	<b>0,0210</b>	<b>0,0753</b>



## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

Demonstrações dos Resultados	Abr a Jun/18	Ajustes	Abr a Jun/18 (Reapresentado)
Receita (a), (c) e (d)	3.471.165	73.339	3.544.504
Custo total	(3.063.521)	-	(3.063.521)
<b>Lucro bruto</b>	<b>407.644</b>	<b>73.339</b>	<b>480.983</b>
Despesa operacional	(256.245)	-	(256.245)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>	<b>151.399</b>	<b>73.339</b>	<b>224.738</b>
Receitas financeiras	103.336	-	103.336
Despesas financeiras	(162.795)	-	(162.795)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>91.940</b>	<b>73.339</b>	<b>165.279</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	(19.285)	(16.375)	(35.660)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(10.205)	(7.480)	(17.685)
<b>Resultado do período (e)</b>	<b>62.450</b>	<b>49.484</b>	<b>111.934</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>	<b>0,0265</b>	<b>0,0210</b>	<b>0,0474</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

	Jan a Jun/2018	Ajustes	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)
Resultado do período (e)	128.172	49.484	177.656
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>128.172</b>	<b>49.484</b>	<b>177.656</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

	Abr a Jun/2018	Ajustes	Abr a Jun/2018 (Reapresentado)
Resultado do período (e)	62.450	49.484	111.934
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>62.450</b>	<b>49.484</b>	<b>111.934</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

	Jan a Jun/2018	Ajustes	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Resultado do Período (e)	128.172	49.484	177.656
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros (a)	(1.069.049)	(81.623)	(1.150.672)
Imposto de renda e contribuição social (b)	67.386	23.855	91.241
Outras despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa	827.473	-	827.473
	(46.018)	(8.284)	(54.302)
(Aumento) redução de ativos total	73.373	-	73.373
Aumento (redução) de passivos			
Impostos, taxas e contribuições (c)	(241.253)	7.550	(233.703)
Encargos regulatórios (d)	(36.709)	734	(35.975)
Outros aumento (redução) de passivos	(125.876)	-	(125.876)
	(403.838)	8.284	(395.554)
Juros pagos	(275.313)	-	(275.313)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(56.090)	-	(56.090)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(707.886)</b>	<b>-</b>	<b>(707.886)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(46.966)</b>	<b>-</b>	<b>(46.966)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>527.917</b>	<b>-</b>	<b>527.917</b>
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(226.935)	-	(226.935)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	520.887	-	520.887
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	293.952	-	293.952

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

	Jan a Jun/2018	Ajustes	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)
<b>Valor adicionado bruto (a)</b>	<b>5.260.647</b>	<b>81.623</b>	<b>5.342.270</b>
Retenções	(292.240)	-	(292.240)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>4.968.407</b>	<b>81.623</b>	<b>5.050.030</b>
Valor adicionado recebido em transferência	182.241	-	182.241
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>5.150.648</b>	<b>81.623</b>	<b>5.232.271</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Empregados	548.653	-	548.653
Impostos, taxas e contribuições (b), (c) e (d)	4.109.485	32.139	4.141.624
Remuneração de capitais de terceiros	364.338	-	364.338
Remuneração de capital próprio (e)	128.172	49.484	177.656
	<b>5.150.648</b>	<b>81.623</b>	<b>5.232.271</b>

## 2.4. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2018:

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2017	30/06/2018	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informação Por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolso Subsídios Tarifários
12	11	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
13	12	Intangível
14	13	Fornecedores
15	14	Impostos, Taxas e Contribuições
16	15	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
17	16	Encargos Regulatórios
18	17	Obrigações Pós-Emprego
19	18	Provisões
20	19	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
21	20	Receita
22	21	Custos e Despesas Operacionais
23	22	Receitas e Despesas Financeiras
24	23	Transações com Partes Relacionadas
25	24	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
26	24	Mensuração Pelo Valor Justo
29	25	Reajuste Tarifário Anual
30	26	Transações Não Envolvendo Caixa
31	27	Eventos Subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto destas informações, são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das Concessões
27	Seguros
28	Obrigações Contratuais

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período de três meses findo em 30 de junho de 2018, estão apresentadas nestas informações contábeis intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### 3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2018	31/12/2017
Contas bancárias	30.798	101.865
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	260.693	355.854
Overnight	2.461	63.168
	263.154	419.022
	<b>293.952</b>	<b>520.887</b>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 50% a 104,5% em 30 de junho de 2018 (60% a 104,5% em 31 de dezembro 2017), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,39% a.a. em 30 de junho de 2018 (6,89% a.a. em 31 de dezembro 2017).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 24.

### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários	212	874
Letras financeiras – bancos	4.827	84.555
Letras financeiras do tesouro	2.695	206.246
Debêntures	456	18.522
Outros	1.303	394
	<b>9.493</b>	<b>310.591</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>7.886</b>	<b>302.298</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.607</b>	<b>8.293</b>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,50% a 105,25% em 30 de junho de 2018 (100,25% a 105,25% em 31 de dezembro 2017), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 111,25% do CDI em 30 de junho de 2018 (102,01% a 112,00% do CDI em 31 de dezembro 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151,00% do CDI em 30 de junho de 2018 (104,25% a 161,54% do CDI em 31 de dezembro 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 24. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

## 6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	Faturado	Não faturado			30/06/2018	31/12/2017
Residencial	560.757	288.558	383.581	209.153	1.442.049	1.444.364
Industrial	61.169	65.008	32.817	148.450	307.444	307.553
Comércio, serviços e outras	275.004	149.726	87.305	147.086	659.121	682.442
Rural	122.919	71.390	58.640	73.242	326.191	289.385
Poder público	93.843	27.491	32.907	107.302	261.543	222.586
Iluminação pública	11.591	28.516	1.888	3.860	45.855	45.565
Serviço público	63.841	26.993	5.014	14.905	110.753	108.820
<b>Subtotal – consumidores</b>	<b>1.189.124</b>	<b>657.682</b>	<b>602.152</b>	<b>703.998</b>	<b>3.152.956</b>	<b>3.100.715</b>
Concessionários – transporte de energia	73.558	159.760	5.529	86.001	324.848	264.362
Suprimento – energia de curto prazo	-	-	-	-	-	179.442
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.053)	(16.289)	(17.475)	(593.913)	(656.730)	(489.538)
	<b>1.233.629</b>	<b>801.153</b>	<b>590.206</b>	<b>196.086</b>	<b>2.821.074</b>	<b>3.054.981</b>
<b>Ativo circulante</b>						
Consumidores e revendedores					<b>2.563.247</b>	<b>2.686.274</b>
Concessionários – transporte de energia					<b>185.852</b>	<b>124.951</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Consumidores e revendedores					<b>711</b>	<b>172.080</b>
Concessionários – transporte de energia					<b>71.264</b>	<b>71.676</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 24.

O ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Residencial	127.410	157.268
Industrial	142.939	113.385
Comércio, serviços e outras	165.847	109.959
Rural	27.365	15.664
Poder público	94.157	11.756
Iluminação pública	4.759	3.819
Serviço público	26.523	9.953
Concessionários – transporte de energia	67.730	67.734
	<b>656.730</b>	<b>489.538</b>

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>602.689</b>
Constituições, líquidas	140.765
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>743.454</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>489.538</b>
Constituições, líquidas	167.192
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>656.730</b>

## 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	32.284	38.504
COFINS	37.316	52.935
PIS-PASEP	8.346	11.495
Outros	3.150	3.074
	<b>81.096</b>	<b>106.008</b>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a recuperar	181.287	178.637
COFINS	-	2.483
PIS-PASEP	-	436
	<b>181.287</b>	<b>181.556</b>
	<b>262.383</b>	<b>287.564</b>

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	104.216	114.383
Contribuição social	56.556	60.311
	<b>160.772</b>	<b>174.694</b>

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
<b>Ativos fiscais diferidos</b>		
Prejuízo fiscal / base negativa	318.420	353.697
Obrigações pós-emprego	801.242	782.461
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	243.840	186.528
Provisões para contingências	151.973	163.532
Taxa de administração	6.188	6.375
Outros	8.480	3.994
	<b>1.530.143</b>	<b>1.496.587</b>
<b>Passivos fiscais diferidos</b>		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(211.135)	(214.645)
Encargos financeiros capitalizados	(167.044)	(165.582)
Custo de captação	(9.734)	(10.279)
	<b>(387.913)</b>	<b>(390.506)</b>
<b>Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial</b>	<b>1.142.230</b>	<b>1.106.081</b>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.002.236</b>
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	137.858
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>1.140.094</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.106.081</b>
Adoção inicial CPC 48 - efeitos alocados ao patrimônio líquido	51.038
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	(14.889)
<b>Saldo em 30 de junho de 2018 (Reapresentado)</b>	<b>1.142.230</b>

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

## c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)	Jan a Jun/2017
Resultado antes dos impostos	268.897	(267.765)
Imposto de renda e contribuição social – benefício nominal	(91.425)	91.040
<b>Efeitos fiscais incidentes sobre:</b>		
Incentivos fiscais	5.949	1.287
Contribuições e doações indedutíveis	(847)	(1.088)
Multas indedutíveis	(6.374)	(8.323)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(6.112)
Outros	1.456	(134)
<b>Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva</b>	<b>(91.241)</b>	<b>76.670</b>
Alíquota efetiva	<b>33,93%</b>	<b>28,63%</b>
<b>Corrente</b>	<b>(76.352)</b>	<b>(61.188)</b>
<b>Diferido</b>	<b>(14.889)</b>	<b>137.858</b>

	Abr a Jun/2018 (Reapresentado)	Abr a Jun/2017
Resultado antes dos impostos	165.279	(351.264)
Imposto de renda e contribuição social – benefício nominal	(56.195)	119.430
<b>Efeitos fiscais incidentes sobre:</b>		
Incentivos fiscais	4.179	(706)
Contribuições e doações indedutíveis	(515)	(611)
Multas indedutíveis	(2.635)	(3.627)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(3.037)
Outros	1.821	(188)
<b>Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva</b>	<b>(53.345)</b>	<b>111.261</b>
Alíquota efetiva	<b>32,28%</b>	<b>31,67%</b>
<b>Corrente</b>	<b>(35.660)</b>	<b>43.267</b>
<b>Diferido</b>	<b>(17.685)</b>	<b>67.994</b>



## 9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	30/06/2018	31/12/2017
<b>Trabalhista</b>	260.551	236.069
<b>Obrigações fiscais</b>		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.620	10.393
PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.129.612	1.110.376
IR/INSS indenização do anuênio (2)	194.432	191.553
Outros	33.299	37.233
	<u>1.367.963</u>	<u>1.349.555</u>
<b>Outros</b>		
Regulatório	20.194	27.346
Cível	5.343	10.279
Relações de consumo	3.937	3.934
Bloqueio judicial	6.535	8.290
Outros	16.536	14.939
	<u>52.545</u>	<u>64.788</u>
	<u><b>1.681.059</b></u>	<u><b>1.650.412</b></u>

(1) Os saldos de depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores. Ver detalhes na nota explicativa nº 14.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 18 – Provisões (indenização do anuênio)

## 10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 30 de junho de 2018, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$458.321 (R\$401.695 em 30 de junho de 2017). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$82.470 (R\$73.345 em 31 de dezembro 2017), reconhecidos no ativo circulante.

## 11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

<b>ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO</b>	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Ativos relacionados à infraestrutura (a)	384.341	369.762
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	858.761	369.010
	<u>1.243.102</u>	<u>738.772</u>
<b>Ativo circulante</b>	<b>99.816</b>	<b>158.525</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.143.286</b>	<b>580.247</b>

<b>PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	23.046	414.800
<b>Passivo circulante</b>	<b>16.751</b>	<b>414.800</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>6.295</b>	<b>-</b>

#### a) Ativos relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>216.107</b>
Transferências do ativo intangível	34.789
Baixas	(15)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	1.511
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>252.392</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>369.762</b>
Transferências do ativo intangível	11.302
Outras transferências	269
Baixas	(58)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	3.066
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>384.341</b>

#### b) Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2018 (Reapresentado)			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Ativo</b>	<b>2.620.956</b>	<b>1.242.387</b>	<b>3.863.343</b>	<b>381.588</b>	<b>2.330.978</b>	<b>2.712.566</b>
Ativo circulante	2.620.956	110.267	2.731.223	381.588	1.379.162	1.760.750
Ativo não circulante	-	1.132.120	1.132.120	-	951.816	951.816
<b>Passivo</b>	<b>(2.527.435)</b>	<b>(500.193)</b>	<b>(3.027.628)</b>	<b>(796.388)</b>	<b>(1.961.968)</b>	<b>(2.758.356)</b>
Passivo circulante	(2.521.140)	(127.018)	(2.648.158)	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)
Passivo não circulante	(6.295)	(373.175)	(379.470)	-	(741.331)	(741.331)
<b>Total circulante líquido</b>	<b>99.816</b>	<b>(16.751)</b>	<b>83.065</b>	<b>(414.800)</b>	<b>158.525</b>	<b>(256.275)</b>
<b>Total não circulante líquido</b>	<b>(6.295)</b>	<b>758.945</b>	<b>752.650</b>	<b>-</b>	<b>210.485</b>	<b>210.485</b>
<b>Total líquido</b>	<b>93.521</b>	<b>742.194</b>	<b>835.715</b>	<b>(414.800)</b>	<b>369.010</b>	<b>(45.790)</b>

COMPONENTES FINANCEIROS	30/06/2018 (Reapresentado)			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Itens da "Parcela A"</b>						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	(61)	48.335	48.274	(154.234)	(89.414)	(243.648)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	52.907	37.073	89.980	9.058	23.448	32.506
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	4.888	4.462	9.350	2.332	1.306	3.638
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	6.972	-	6.972	(5.148)	1.513	(3.635)
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(555.088)	(52.761)	(607.849)	(40.105)	(586.413)	(626.518)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	1.487.358	695.912	2.183.270	(90.616)	1.326.263	1.235.647
<b>Outros componentes financeiros</b>						
Sobrecontratação de energia	(448.923)	165.400	(283.523)	8.357	(211.337)	(202.980)
Neutralidade da parcela A	116.617	1.206	117.823	(30.581)	74.076	43.495
Outros itens financeiros	(519.118)	(66.720)	(585.838)	(111.825)	-	(111.825)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(76.607)	(76.607)	-	(134.008)	(134.008)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(52.031)	(14.106)	(66.137)	(2.038)	(36.424)	(38.462)
<b>TOTAL</b>	<b>93.521</b>	<b>742.194</b>	<b>835.715</b>	<b>(414.800)</b>	<b>369.010</b>	<b>(45.790)</b>

(1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios.

(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(407.250)</b>
Constituição líquida de passivos financeiros	1.297
Realização	(333.193)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(145.502)
Atualização Selic	(28.080)
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>(912.728)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(45.790)</b>
Constituição líquida de ativos financeiros	742.106
Realização	408.566
Outros – ressarcimento P & D	(114.782)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(165.671)
Atualização Selic	11.286
<b>Saldo em 30 de junho de 2018 (Reapresentado)</b>	<b>835.715</b>

### Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a junho de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$165.671 (R\$145.502 de janeiro a junho de 2017) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

## 12. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

### a) Composição do saldo

	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
<b>Ativos da concessão</b>	19.907.215	(8.258.386)	11.648.829	19.531.570	(7.906.693)	11.624.877
( - ) Obrigações especiais	(3.937.457)	1.049.826	(2.887.631)	(3.850.998)	977.564	(2.873.434)
<b>Ativos da concessão líquidos</b>	15.969.758	(7.208.560)	8.761.198	15.680.572	(6.929.129)	8.751.443
Intangível em curso	628.434	-	628.434	585.043	-	585.043
<b>Total do intangível</b>	<b>16.598.192</b>	<b>(7.208.560)</b>	<b>9.389.632</b>	<b>16.265.615</b>	<b>(6.929.129)</b>	<b>9.336.486</b>

## b) Movimentação do ativo intangível

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>8.977.637</b>
Adições	421.112
Transferências para o ativo financeiro	(34.789)
Baixa de obrigação especial (1)	17.069
Baixas	(6.016)
Amortização	(263.051)
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>9.111.962</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>9.336.486</b>
Adições	361.492
Transferências para o ativo financeiro	(11.302)
Outras transferências	346
Baixas	(5.150)
Amortização	(292.240)
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>9.389.632</b>

(1) A baixa de obrigação especial de restituição decorre dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período, no montante de R\$361.492, está contemplado R\$15.107 a título de encargos financeiros capitalizados (R\$38.948 de janeiro a junho de 2017), conforme apresentado na nota explicativa nº 15.

## 13. FORNECEDORES

	30/06/2018	31/12/2017
Energia de curto prazo - CCEE	619.382	451.239
Encargos de uso da rede elétrica (1)	136.147	129.525
Energia elétrica comprada para revenda	435.218	498.408
Itaipu binacional	274.236	240.220
Materiais e serviços	226.911	335.990
	<b>1.691.894</b>	<b>1.655.382</b>

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

## 14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
<b>Circulante</b>		
ICMS (i)	101.825	406.181
COFINS	72.298	74.403
PIS-PASEP	15.470	16.005
INSS	12.727	13.152
ISSQN	4.127	4.930
Outros	8.044	9.243
	<b>214.491</b>	<b>523.914</b>
<b>Não circulante</b>		
COFINS	20.680	19.910
PIS-PASEP	3.360	3.236
	<b>24.040</b>	<b>23.146</b>
	<b>238.531</b>	<b>547.060</b>
<b>Valores a serem restituídos a consumidores</b>		
<b>Não circulante</b>		
PASEP/COFINS (ii)	1.105.572	1.087.230
	<b>1.105.572</b>	<b>1.087.230</b>

### (i) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

- (ii) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma

favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 30 de junho de 2018 esse passivo é de R\$1.105.572 (R\$1.087.230 em 31 de dezembro de 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.129.612 (R\$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$24.040 (R\$23.146 em 31 de dezembro de 2017). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes desta questão.

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2018						31/12/2017
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>Moeda Estrangeira</b>							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.834	27.404	29.238	22.933
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>1.834</b>	<b>27.404</b>	<b>29.238</b>	<b>22.933</b>
<b>Moeda Nacional</b>							
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	2.527	500.000	502.527	500.193
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	13.245	27.713	40.958	49.789
Grandes Consumidores (2)	2024	Diversas	R\$	2.222	2.437	4.659	4.304
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	-	-	-	8.346
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	1.345	625.499	626.844	626.667
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única	2019	151,00% do CDI	R\$	6.114	400.000	406.114	-
(-) FIC Pampulha (3)				-	(296)	(296)	-
(-) Custos de Transação				-	(17.412)	(17.412)	(17.581)
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>25.453</b>	<b>1.537.941</b>	<b>1.563.394</b>	<b>1.171.718</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>27.287</b>	<b>1.565.345</b>	<b>1.592.632</b>	<b>1.194.651</b>
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série (4)	2018	CDI + 0,69%	R\$	-	-	-	447.114
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	522.382	1.008.361	1.530.743	1.537.147
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	16.638	898.024	914.662	920.197
Debêntures - 4ª Emissão - Série Única (4)	2018	CDI + 4,05%	R\$	21.051	-	21.051	20.008
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	5.681	1.574.999	1.580.680	1.576.220
(-) Custos de Transação				(245)	(10.971)	(11.216)	(12.646)
<b>Total de Debêntures</b>				<b>565.507</b>	<b>3.470.413</b>	<b>4.035.920</b>	<b>4.488.040</b>
<b>Total Geral</b>				<b>592.794</b>	<b>5.035.758</b>	<b>5.628.552</b>	<b>5.682.691</b>

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$173.903, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$144.665. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);
- (3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 25;
- (4) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	1.834	-	-	-	-	-	27.404	-	29.238
<b>Total por Moedas</b>	<b>1.834</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.404</b>	<b>-</b>	<b>29.238</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	42.365	496.655	496.655	511.706	224.506	224.506	224.506	224.506	2.445.405
UFIR/RGR (2)	7.781	12.917	11.209	3.407	3.265	2.379	-	-	40.958
CDI (3)	36.718	581.988	364.568	729.136	1.424.510	-	-	-	3.136.920
IGP-DI (4)	1.895	351	349	715	539	539	271	-	4.659
<b>Total por Indexadores</b>	<b>88.759</b>	<b>1.091.911</b>	<b>872.781</b>	<b>1.244.964</b>	<b>1.652.820</b>	<b>227.424</b>	<b>224.777</b>	<b>224.506</b>	<b>5.627.942</b>
(-) Custos de Transação	-	(5.514)	(3.412)	(6.584)	(12.560)	(186)	(186)	(186)	(28.628)
<b>Total Geral</b>	<b>90.593</b>	<b>1.086.397</b>	<b>869.369</b>	<b>1.238.380</b>	<b>1.640.260</b>	<b>227.238</b>	<b>251.995</b>	<b>224.320</b>	<b>5.628.552</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);  
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;  
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);  
 (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada no 1º semestre de 2018 (%)	Variação acumulada no 1º semestre de 2017 (%)	Indexador	Variação acumulada no 1º semestre de 2018 (%)	Variação acumulada no 1º semestre de 2017 (%)
Dólar Norte-Americano	16,56	1,51	IPCA	2,60	1,18
Euro	13,45	9,79	CDI	3,17	5,61

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.198.251</b>
Variação monetária	45.081
Variação cambial	(590)
Encargos financeiros provisionados	319.456
Amortização do custo de transação	12.136
Encargos financeiros pagos	(285.119)
Amortização de empréstimos	(177.163)
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>6.112.052</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.682.691</b>
Empréstimos obtidos	400.000
Custos de transação	(4.140)
<b>Empréstimos obtidos líquidos</b>	<b>395.860</b>
Variação monetária	43.579
Variação cambial	5.924
Encargos financeiros provisionados	198.308
Amortização do custo de transação	5.742
Encargos financeiros pagos	(275.313)
Amortização de empréstimos	(427.943)
<b>Subtotal</b>	<b>5.628.848</b>
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(296)
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>5.628.552</b>



## Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia transferiu para o ativo intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Encargos de empréstimos e financiamentos, incluindo a amortização de custos de transação	204.050	331.592
Encargos financeiros capitalizados no intangível (1)	(15.107)	(38.948)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>188.943</b>	<b>292.644</b>

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,55% a.a em 2018 (15,84% a.a. em 2017)

## Garantias

Em 30 de junho de 2018, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	2.464.969
Recebíveis	2.754.464
Ações	402.132
Sem garantia	6.987
<b>TOTAL</b>	<b>5.628.552</b>

## Captações de recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
<b>Moeda Nacional</b>				
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (1)	maio de 2018	2019	151% do CDI	400.000
(-) Custos de transação				(4.140)
<b>Total de captações</b>				<b>395.860</b>

(1) Em maio de 2018, ocorreu a 9ª Emissão de Notas Promissórias, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de 151% do CDI que será amortizada em parcela única em 24 de outubro de 2019. Os recursos líquidos oriundos da captação serão destinados para a recomposição do caixa da Companhia e reforço do seu capital de giro.

## Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros com medição semestral, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª emissão de debêntures	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a:	Manter índice igual ou inferior a:	
		7,5 em 31/12/2017	4,5 em 31/12/2017	
		7,5 em 30/06/2018	4,5 em 30/06/2018	
		4,5 em 31/12/2018	4,25 em 31/12/2018	
		3,8 em 30/06/2019	4,25 em 30/06/2019	
		3,8 em 31/12/2019	3,5 em 31/12/2019	
		3,3 em 30/06/2020	3,5 em 30/06/2020	
		3,3 em 31/12/2020	3,0 em 31/12/2020	
		3,3 em 30/06/2021	3,0 em 30/06/2021	
		3,3 em 31/12/2021 em diante	2,5 em 31/12/2021 em diante	
	Índice de liquidez corrente	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	Semestral
9ª Emissão de Nota Promissória	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a:	Manter índice igual ou inferior a:	
		7,5 em 30/06/2018	4,5 em 30/06/2018	
		4,5 em 31/12/2018	4,25 em 31/12/2018	
	3,8 em 30/06/2019	3,25 em 30/06/2019		
	Índice de liquidez corrente	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 30/06/2018 em diante	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 30/06/2018 em diante	Semestral

As cédulas de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais, conforme descrito acima. A 5ª Emissão de debêntures e a 9ª Emissão de notas promissórias foram emitidas com exigibilidade de cumprimento dos Covenants.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

## 16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
<b>Passivo</b>		
Eficiência energética	244.714	223.767
Pesquisa e desenvolvimento	95.872	84.385
Conta de desenvolvimento energético – CDE	83.871	154.383
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	30.994	30.996
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.477	1.371
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	2.015	16
	<b>483.488</b>	<b>519.463</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>290.417</b>	<b>358.760</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>193.071</b>	<b>160.703</b>

## 17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.064.122</b>	<b>1.258.299</b>	<b>27.435</b>	<b>587.630</b>	<b>2.937.486</b>
Despesa reconhecida no resultado	54.802	69.580	1.520	31.972	157.874
Contribuições pagas	(56.610)	(35.971)	(855)	(2.540)	(95.976)
<b>Passivo líquido em 30 de junho de 2017</b>	<b>1.062.314</b>	<b>1.291.908</b>	<b>28.100</b>	<b>617.062</b>	<b>2.999.384</b>
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.298.969</b>	<b>1.299.243</b>	<b>27.405</b>	<b>196.536</b>	<b>2.822.153</b>
Despesa reconhecida no resultado	59.835	65.687	1.357	9.813	136.692
Contribuições pagas	(63.211)	(38.936)	(882)	(3.281)	(106.310)
<b>Passivo líquido em 30 de junho de 2018</b>	<b>1.295.593</b>	<b>1.325.994</b>	<b>27.880</b>	<b>203.068</b>	<b>2.852.535</b>
				<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Passivo circulante				170.341	166.525
Passivo não circulante				2.682.194	2.655.628

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$112.669 (R\$131.804 no primeiro semestre de 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$24.023 (R\$26.070 no primeiro semestre de 2017).

### Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui registrada uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$497.145 (R\$522.001 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

### Contratos de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 30 de junho de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$275.535 (R\$205.244 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig D ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

## 18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	384.247	8.719	(35.813)	(8.720)	348.433
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	10.435	(361)	(8.997)	18.685
Outras ações cíveis	41.896	2.495	(1.527)	(2.495)	40.369
	59.504	12.930	(1.888)	(11.492)	59.054
Tributárias	5.000	125	(2.978)	(125)	2.022
Ambientais	2	2	-	-	4
Regulatórias	23.647	6.223	-	(334)	29.536
Outras	8.577	108	(646)	(108)	7.931
<b>Total</b>	<b>480.977</b>	<b>28.107</b>	<b>(41.325)</b>	<b>(20.779)</b>	<b>446.980</b>

	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	266.119	151.385	(426)	(24.398)	392.680
Cíveis					
Relações de consumo	13.307	7.609	(1.760)	(7.630)	11.526
Outras ações cíveis	36.842	3.627	-	(998)	39.471
	50.149	11.236	(1.760)	(8.628)	50.997
Tributárias	3.674	995	-	(310)	4.359
Regulatórias	21.435	93	(11.370)	(93)	10.065
Outras	6.137	2.125	-	(1.609)	6.653
<b>Total</b>	<b>347.514</b>	<b>165.834</b>	<b>(13.556)</b>	<b>(35.038)</b>	<b>464.754</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

## **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.558.942 (R\$1.612.569 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$348.433 (R\$384.247 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$30.120 (R\$39.431 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$18.685 (R\$17.608 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$191.877 (R\$181.805 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$40.369 (R\$41.896 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$38.650 (R\$34.646 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$2.022 (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$163.103 (R\$151.977 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$29.536 (R\$23.647 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$108.350 (R\$109.717 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$7.935 (R\$8.579 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

## Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

### *Indenização do anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$194.432 (R\$191.553 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$227.374 (R\$222.862 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

### *Contribuições previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$818.453 (R\$949.092 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

### *Não homologação da compensação de créditos tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$84.439 (R\$79.597 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### *Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$209.313 (R\$200.496 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### Questões regulatórias

#### *Contribuição para iluminação pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$31.922 (R\$30.163 em 31 de dezembro de 2017).

#### Majoração tarifária

##### *Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$287.271 (R\$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

#### Outros passivos contingentes

##### *Desequilíbrio contratual*

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$275.032 (R\$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$84.745 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.



## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

### Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)	Jan a Jun/2017
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do período	177.656	(191.095)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	<b>0,0753</b>	<b>(0,0810)</b>

	Abr a Jun/2018 (Reapresentado)	Abr a Jun/2017
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do período	111.934	(240.003)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	<b>0,0474</b>	<b>(0,1017)</b>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído é igual ao resultado básico.

### Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 11 de dezembro de 2017 e 08 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, dos montantes de até R\$1.600.000 e R\$600.000, respectivamente, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária.

Em 30 de junho de 2018 o total repassado é de R\$2.060.000.

### Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego. Consistem em ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

## Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	30/06/2018	31/12/2017
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva legal	224.986	224.986
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	8.649	8.649
Reserva de retenção de lucros	158.862	158.862
	<b>392.497</b>	<b>392.497</b>

### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

### Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

### Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 30 de junho de 2018 é de R\$8.649 (R\$8.649 em 31 de dezembro de 2017).

## 20. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)	Jan a Jun/2017
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	7.920.535	8.184.155
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	825.128	914.654
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	1.150.672	(331.896)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	361.492	421.112
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	3.066	1.511
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(25.681)	-
Outras receitas operacionais (f)	686.531	573.128
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(4.393.698)	(4.142.898)
	<b>6.528.045</b>	<b>5.619.766</b>

	Abr a Jun/2018 (Reapresentado)	Abr a Jun/2017
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	4.085.061	4.005.582
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	445.246	447.050
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	709.516	(29.294)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	191.418	239.754
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	2.274	284
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(9.235)	-
Outras receitas operacionais (f)	311.213	297.398
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.190.989)	(2.108.996)
	<b>3.544.504</b>	<b>2.851.778</b>

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15

## a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Residencial	5.150.879	5.033.072	3.866.052	3.919.023
Industrial	1.239.008	1.297.569	681.359	754.406
Comércio, serviços e outros	2.646.108	2.731.679	1.792.809	1.964.621
Rural	1.719.952	1.748.525	748.070	778.845
Poder público	434.389	436.654	252.319	269.345
Iluminação pública	688.807	675.900	252.165	264.456
Serviço público	653.232	639.342	276.281	286.754
<b>Subtotal</b>	<b>12.532.375</b>	<b>12.562.741</b>	<b>7.869.055</b>	<b>8.237.450</b>
Consumo próprio	23.481	18.050	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	51.480	(53.295)
<b>Total</b>	<b>12.555.856</b>	<b>12.580.791</b>	<b>7.920.535</b>	<b>8.184.155</b>

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Residencial	2.557.762	2.496.022	1.948.070	1.927.609
Industrial	626.931	653.536	348.241	379.508
Comércio, serviços e outros	1.294.743	1.322.077	893.302	949.758
Rural	954.450	950.049	405.307	410.527
Poder público	220.791	226.041	131.469	138.206
Iluminação pública	345.401	341.420	127.749	134.604
Serviço público	331.174	324.405	142.009	142.494
<b>Subtotal</b>	<b>6.331.252</b>	<b>6.313.550</b>	<b>3.996.147</b>	<b>4.082.706</b>
Consumo próprio	11.357	8.788	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	88.914	(77.124)
<b>Total</b>	<b>6.342.609</b>	<b>6.322.338</b>	<b>4.085.061</b>	<b>4.005.582</b>

(\*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

### b) Receita de uso da rede – consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

### c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

### d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão.

Mais detalhes nas notas nº 12 e 21 das informações contábeis intermediárias.

### e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

### f) Outras receitas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Serviço taxado	5.800	4.599
Outras prestações de serviços	9.847	4.607
Subvenções (1)	536.372	503.020
Aluguel e arrendamento	46.753	59.886
Transações na CCEE	986	-
Ressarcimento de energia descontratada (2)	84.092	-
Outras	2.681	1.016
	<b>686.531</b>	<b>573.128</b>

	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Serviço Taxado	2.864	2.543
Outras Prestações de Serviços	8.492	2.799
Subvenções (1)	276.557	260.338
Aluguel e Arrendamento	21.565	31.059
Outras	1.735	659
	<b>311.213</b>	<b>297.398</b>

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás;

(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. O valor será liquidado em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC.

### g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)	Jan a Jun/2017
<b>Impostos sobre a receita</b>		
ICMS	2.119.782	2.233.296
PIS-PASEP	173.594	154.407
COFINS	799.531	711.209
ISSQN	547	228
	<b>3.093.454</b>	<b>3.099.140</b>
<b>Encargos do consumidor</b>		
Programa de eficiência energética-PEE	29.844	25.690
Conta de desenvolvimento energético-CDE	1.107.099	827.798
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	11.938	10.276
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	11.938	10.276
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	5.969	5.138
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	125.059	156.435
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	8.397	8.145
	<b>1.300.244</b>	<b>1.043.758</b>
	<b>4.393.698</b>	<b>4.142.898</b>

	Abr a Jun/2018 (Reapresentado)	Abr a Jun/2017
<b>Impostos sobre a Receita</b>		
ICMS	1.071.496	1.102.372
PIS-PASEP	91.937	78.039
COFINS	423.467	359.454
ISSQN	318	140
	<b>1.587.218</b>	<b>1.540.005</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Programa de eficiência energética-PEE	16.631	12.903
Conta de desenvolvimento energético-CDE	557.916	411.925
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	6.653	5.161
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	6.653	5.161
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	3.326	2.581
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	8.287	127.177
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	4.305	4.083
	<b>603.771</b>	<b>568.991</b>
	<b>2.190.989</b>	<b>2.108.996</b>

## 21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal	460.306	643.937
Participação de empregados e administradores no resultado	12.674	17.640
Obrigações pós-emprego	112.669	131.804
Materiais	26.875	20.053
Serviços de terceiros (a)	410.579	360.937
Energia elétrica comprada para revenda (b)	3.412.396	3.054.465
Amortização	292.240	263.051
Provisões operacionais (c)	148.588	293.043
Encargos de uso da rede básica de transmissão	780.585	314.264
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (d)	361.492	421.112
Outras despesas líquidas (e)	110.686	139.119
	<b>6.129.090</b>	<b>5.659.425</b>

	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Pessoal	234.481	389.758
Participação de empregados e administradores no resultado	(1.182)	4.124
Obrigações pós-emprego	57.369	66.899
Materiais	14.329	11.945
Serviços de terceiros (a)	211.904	188.244
Energia elétrica comprada para revenda (b)	1.927.103	1.675.757
Amortização	147.347	133.284
Provisões operacionais (c)	63.823	156.449
Encargos de uso da rede básica de transmissão	409.740	151.817
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (d)	191.418	239.754
Outras despesas líquidas (e)	63.434	70.369
	<b>3.319.766</b>	<b>3.088.400</b>

### Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018 e prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

No período de janeiro a junho de 2018 o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$17.114, correspondente à adesão de 108 empregados.

No período de janeiro a junho de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$123.443, correspondente à adesão de 705 empregados.

### a) Serviços de terceiros

	30/06/2018	30/06/2017
Leitura de medidores e entrega de contas	64.536	71.115
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	143.563	107.239
Comunicação	34.288	36.128
Conservação e limpeza de prédios	37.450	36.404
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	11.535	3.316
Corte e religação	22.725	12.332
Podas de árvores	9.917	8.967
Serviços advocatícios e custas processuais	9.219	7.449
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.003	1.256
Serviços de tecnologia da informação	16.751	17.894
Mão de obra contratada	6.053	2.678
Hospedagem e alimentação	4.010	4.653
Vigilância	4.678	4.436
Impressão de fatura de energia elétrica	989	1.435
Manutenção e conservação de veículos	888	811
Reprografia e publicações legais	7.519	8.932
Consultoria	2.811	2.788
Despesas com transporte - pessoa jurídica	1.342	8.293
Outros	31.302	24.811
	<b>410.579</b>	<b>360.937</b>

	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Leitura de medidores e entrega de contas	33.853	37.750
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	72.603	49.675
Comunicação	14.771	20.194
Conservação e limpeza de prédios	19.047	19.341
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	6.562	2.385
Corte e religação	12.586	8.053
Podas de árvores	5.888	5.310
Serviços advocatícios e custas processuais	5.123	5.048
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	586	613
Serviços de tecnologia da informação	7.717	6.903
Mão de obra contratada	3.834	1.626
Hospedagem e alimentação	2.233	2.404
Vigilância	2.244	2.267
Impressão de fatura de energia elétrica	489	743
Manutenção e conservação de veículos	459	456
Reprografia e publicações legais	3.813	5.523
Consultoria	559	1.720
Despesas com transporte - pessoa jurídica	165	4.594
Outros	19.372	13.639
	<b>211.904</b>	<b>188.244</b>

### b) Energia elétrica comprada para revenda

	30/06/2018	30/06/2017
Energia de Itaipu binacional	633.420	616.817
Contratos por cotas de garantia física	330.782	243.038
Cotas das usinas de Angra I e II	133.423	121.888
Energia de curto prazo	807.924	687.833
Contratos bilaterais	145.139	144.218
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.496.426	1.391.971
PROINFA	159.696	150.644
Geração distribuída	38.496	4.172
Créditos de PASEP/COFINS	(332.910)	(306.116)
	<b>3.412.396</b>	<b>3.054.465</b>

	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Energia de Itaipu binacional	345.177	322.771
Contratos por cotas de garantia física	149.437	120.925
Cotas das usinas de Angra I e II	66.711	60.944
Energia de curto prazo	621.825	545.330
Contratos bilaterais	73.011	74.230
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	764.807	642.185
PROINFA	79.849	75.322
Geração distribuída	19.539	2.247
Créditos de PASEP/COFINS	(193.253)	(168.197)
	<b>1.927.103</b>	<b>1.675.757</b>

### c) Provisões (reversões) operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	167.192	140.765
Ajuste para perdas em outros créditos a receber (1)	(5.386)	-
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	(27.094)	150.959
Cíveis	11.042	9.476
Tributárias	(2.853)	995
Ambientais	2	-
Regulatórias	6.223	(11.277)
Outras	(538)	2.125
	<b>(13.218)</b>	<b>152.278</b>
	<b>148.588</b>	<b>293.043</b>

	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	91.355	74.570
Ajuste para perdas em outros créditos a receber (1)	(5.493)	-
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	(38.195)	93.211
Cíveis	13.101	2.213
Tributárias	(2.903)	314
Ambientais	2	-
Regulatórias	5.855	(11.781)
Outras	101	(2.078)
	<b>(22.039)</b>	<b>81.879</b>
	<b>63.823</b>	<b>156.449</b>

(1) O Ajuste para perdas em outros créditos a receber é apresentado na demonstração de resultado como despesa operacional.

### d) Custo de construção de infraestrutura de distribuição

	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal	28.867	23.588
Materiais	148.604	179.419
Serviços de terceiros	161.883	175.025
Encargos financeiros	15.107	38.948
Aquisição de imóveis e instalações	1.585	1.755
Arrendamentos e aluguéis	(390)	671
Impostos e taxas	243	127
Outros	5.593	1.579
	<b>361.492</b>	<b>421.112</b>



	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Pessoal	17.200	13.862
Materiais	73.231	100.745
Serviços de terceiros	88.168	105.629
Encargos financeiros	7.463	17.503
Aquisição de imóveis e instalações	789	232
Arrendamentos e aluguéis	(392)	375
Impostos e taxas	69	88
Outros	4.890	1.320
	<b>191.418</b>	<b>239.754</b>

### e) Outras despesas operacionais líquidas

	30/06/2018	30/06/2017
Arrendamentos e aluguéis	35.446	31.910
Propaganda e publicidade	2.220	7.591
Consumo próprio de energia elétrica	13.475	10.813
Subvenções e doações	4.582	4.945
Anuidade CCEE	1.671	2.053
Seguros	1.061	1.140
Forluz – custeio administrativo	10.521	9.491
Prejuízo líquido na desativação e alienação de bens	7.018	2.638
Agentes arrecadadores	35.398	35.287
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	20.860
Impostos e taxas	5.317	3.516
Outras despesas (recuperação de despesas)	(6.023)	8.875
	<b>110.686</b>	<b>139.119</b>

	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
Arrendamentos e aluguéis	17.569	16.369
Propaganda e publicidade	1.196	6.995
Consumo próprio de energia elétrica	6.878	5.303
Subvenções e doações	2.885	2.662
Anuidade CCEE	813	1.020
Seguros	542	591
Forluz – custeio administrativo	4.900	4.780
Prejuízo líquido na desativação e alienação de bens	5.118	1.699
Agentes arrecadadores	17.940	17.835
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	6.306
Impostos e taxas	1.718	722
Outras despesas (recuperação de despesas)	3.875	6.087
	<b>63.434</b>	<b>70.369</b>

(1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018 esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

## 22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2018	30/06/2017
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de aplicação financeira	8.974	39.386
Acréscimos moratórios de contas de energia	161.161	132.658
Variações cambiais	2.547	17.589
Variações monetárias	4.107	21.720
Variação monetária – CVA	11.286	-
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(12.893)	(13.525)
Outras	7.059	7.599
	<b>182.241</b>	<b>205.427</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(183.201)	(280.508)
Amortização do custo de transação	(5.742)	(12.136)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(24.023)	(26.070)
Variações cambiais	(32.374)	(17.865)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(43.579)	(45.079)
Variação monetária – CVA	-	(28.080)
Variação monetária de P&D e PEE	(8.482)	(13.116)
Outras variações monetárias	(927)	(832)
Outras	(13.971)	(9.847)
	<b>(312.299)</b>	<b>(433.533)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(130.058)</b>	<b>(228.106)</b>

	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2017
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de aplicação financeira	2.682	21.798
Acréscimos moratórios de contas de energia	89.046	62.611
Variações cambiais	47	6.956
Variações monetárias	3.455	13.370
Variação monetária – CVA	10.839	-
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(6.893)	(6.000)
Outras	4.160	4.193
	<b>103.336</b>	<b>102.928</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(92.550)	(133.970)
Amortização do custo de transação	(3.102)	(5.969)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(10.977)	(12.038)
Variações cambiais	(28.934)	(15.513)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(18.020)	(17.010)
Variação monetária – CVA	-	(21.911)
Variação monetária de P&D e PEE	(4.590)	(6.446)
Outras variações monetárias	(611)	(235)
Outras	(4.011)	(4.478)
	<b>(162.795)</b>	<b>(217.570)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(59.459)</b>	<b>(114.642)</b>

## 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Controlador</b>								
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	14.313	21.738	-	-	(23.742)	(15.532)
Prestação de Serviço (2)	4.135	-	2.069	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (3)	225	-	-	-	620	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	(663)	(5.132)
Operações com Energia Elétrica (3)	1.240	3.464	25.205	24.020	12.184	21.294	(122.180)	(91.521)
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	6.915	7.105	14.588	-	(38.409)	(30.048)
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	16.369	-	-	-	(86.751)
Ressarcimento de Energia Descontratada (4)	42.046	-	-	-	411	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Ressarcimento de Energia Descontratada (4)	24.527	-	-	-	-	-	-	-
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	5.621	3.640	-	-	(94.143)	(55.813)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	846	858	-	-	(3.666)	(3.457)
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (5)	140.122	54.926	-	-	81.249	69.390	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (5)	1.708	1.220	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (5)	27.091	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (5)	342	1.119	-	-	-	-	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	8.301	8.500	-	-	(50.359)	(35.578)
<b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	2.107	2.157	-	-	(9.480)	(7.374)
<b>Cemig Telecomunicações</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	256	-	-	731	1.724	-	-
Prestação de Serviço (6)	-	7.365	-	590	3.618	1.745	(1.788)	(3.441)
<b>Axxiom</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de Serviço (7)	-	-	945	2.322	-	-	-	-
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e Equivalentes	2.748	72.653	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	6.583	301.717	-	-	111	14.328	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários (-) Títulos emitidos pela própria Companhia (8)	1.712	8.293	-	-	-	-	-	-
	(296)	-	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	85.091	78.855	-	-	(59.835)	(54.802)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(24.742)	(29.358)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(10.521)	(9.491)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	1.284	2.909	-	-	(15.204)	(15.898)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	1.210.502	1.220.114	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	78.325	81.965	-	-	(67.044)	(71.100)
<b>Não circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	1.275.549	1.244.683	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Em 31/03/2018 ocorreu a incorporação da Cemig Telecomunicações pela Cemig Holding, os valores referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016. O período comparativo de 31/12/2017 dessas transações, encontram-se abaixo no quadro, na linha da Cemig Telecomunicações;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (4) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017 e as demais possuem vencimento até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência;
- (6) Período comparativo de 31/12/2017 referente à prestação de serviços, celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016, agora apresentado na linha da Cemig Holding em decorrência da incorporação da Cemig Telecomunicações pela Cemig Holding ocorrida em 31/03/2018;
- (7) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (8) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 17);
- (10) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Aluguel das sedes administrativas da Companhia, com vigência até 2020, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (13) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 17).

## Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2018	31/12/2017
				Cemig D 0,58% (1)	Cemig D 19,90% (1)
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	158	5.092
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	59	2.005
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	31	992
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	29	934
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	40	3.983
				<b>317</b>	<b>13.006</b>

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

### Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração	6.277	4.184
Participação nos resultados	1.745	73
Benefícios assistenciais	756	348
<b>Total</b>	<b>8.778</b>	<b>4.605</b>

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30 de junho de 2018 (Reapresentado)		31 de dezembro de 2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	263.154	263.154	419.022	419.022
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras	2	3.010	3.010	14.335	14.335
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	2	2.651.811	2.651.811	3.054.981	3.054.981
Fundos vinculados	2	1.469	1.469	86	86
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	169.263	169.263	107.614	107.614
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	858.761	858.761	369.010	369.010
Reembolso de subsídios tarifários	2	82.470	82.470	73.345	73.345
Subvenção baixa renda	2	25.140	25.140	26.660	26.660
Depósitos vinculados a litígios	2	1.681.059	1.681.059	1.650.412	1.650.412
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada	2	66.573	66.573	-	-
		<b>5.802.710</b>	<b>5.802.710</b>	<b>5.715.465</b>	<b>5.715.465</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	21	21	874	874
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	2.695	2.695	206.246	206.246
Letras financeiras - bancos	2	3.537	3.537	80.833	80.833
Debêntures	2	230	230	8.303	8.303
		6.483	6.483	296.256	296.256
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	384.341	384.341	369.762	369.762
		<b>390.824</b>	<b>390.824</b>	<b>666.018</b>	<b>666.018</b>
		<b>6.193.534</b>	<b>6.193.534</b>	<b>6.381.483</b>	<b>6.381.483</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.628.552)	(5.628.552)	(5.682.691)	(5.682.691)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(497.145)	(497.145)	(522.001)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2	(275.535)	(275.535)	(205.244)	(205.244)
Passivos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(23.046)	(23.046)	(414.800)	(414.800)
Plano de regularização de créditos tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	2	-	-	(282.876)	(282.876)
Fornecedores	2	(1.691.894)	(1.691.894)	(1.655.382)	(1.655.382)
		<b>(8.116.172)</b>	<b>(8.116.172)</b>	<b>(8.762.994)</b>	<b>(8.762.994)</b>

(1) Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 147,08% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 5,10%, CDI + 3,02% a CDI + 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

## b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2018		31/12/2017	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
<b>Dólar Norte-Americano</b>				
Empréstimos e financiamentos ( <i>nota 15</i> )	7.583	29.238	6.493	22.933
Fornecedores - Itaipu binacional ( <i>nota 13</i> )	71.046	274.236	72.618	240.220
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>78.629</b>	<b>303.474</b>	<b>79.111</b>	<b>263.153</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real em 30 de junho de 2019 será uma desvalorização de 7,51% (R\$3,57). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	Cenário base 30/06/2018	Cenário dólar R\$3,57	Cenário dólar R\$4,46	Cenário dólar R\$5,36
<b>Dólar Norte-Americano</b>				
Empréstimos e financiamentos ( <i>nota 15</i> )	29.238	27.041	33.782	40.599
Fornecedores - Itaipu binacional ( <i>nota 13</i> )	274.236	253.633	316.864	380.805
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>303.474</b>	<b>280.674</b>	<b>350.646</b>	<b>421.404</b>
<b>Efeito líquido da variação cambial</b>		<b>(22.800)</b>	<b>47.172</b>	<b>117.930</b>



## Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2018. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às taxas de juros nacionais	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	263.154	419.022
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	9.493	310.591
CVA e outros componentes financeiros (nota 11)	858.761	369.010
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada (nota 23)	66.573	-
	<u>1.197.981</u>	<u>1.098.623</u>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 15)	(3.136.920)	(3.178.548)
CVA e outros componentes financeiros (nota 11)	(23.046)	(414.800)
Plano de regularização de créditos tributários - PRCT (nota 14)	-	(282.876)
	<u>(3.159.966)</u>	<u>(3.876.224)</u>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b><u>(1.961.985)</u></b>	<b><u>(2.777.601)</u></b>

### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2019, a taxa SELIC será de 6,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais (Reapresentado)	30/06/2018	30 de junho de 2019		
	Valor contábil	Cenário SELIC 6,50%	Cenário SELIC 8,13%	Cenário SELIC 9,75%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	263.154	280.259	284.548	288.812
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	9.493	10.110	10.265	10.419
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 11)	858.761	914.580	928.578	942.490
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada - SELIC (nota 23)	66.573	70.900	71.985	73.064
	<u>1.197.981</u>	<u>1.275.849</u>	<u>1.295.376</u>	<u>1.314.785</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 15)	(3.136.920)	(3.340.820)	(3.391.952)	(3.442.770)
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 11)	(23.046)	(24.544)	(24.920)	(25.293)
	<u>(3.159.966)</u>	<u>(3.365.364)</u>	<u>(3.416.872)</u>	<u>(3.468.063)</u>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b><u>(1.961.985)</u></b>	<b><u>(2.089.515)</u></b>	<b><u>(2.121.496)</u></b>	<b><u>(2.153.278)</u></b>
<b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>		<b><u>(127.530)</u></b>	<b><u>(159.511)</u></b>	<b><u>(191.293)</u></b>

## Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de junho de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/06/2018	31/12/2017
<b>Ativos</b>		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (*)	114.225	110.832
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	169.263	107.614
	<u>283.488</u>	<u>218.446</u>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 15)	(2.445.405)	(2.457.344)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(497.145)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(275.535)	(205.244)
	<u>(3.218.085)</u>	<u>(3.184.589)</u>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b><u>(2.934.597)</u></b>	<b><u>(2.966.143)</u></b>

(\*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2019, o IPCA será de 3,40% e o IGP-M de 2,84%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	30/06/2018	30 de junho de 2019		
	Valor contábil	Cenário IPCA 3,40% IGP-M 2,84%	Cenário IPCA 4,25% IGP-M 3,55%	Cenário IPCA 5,10% IGP-M 4,26%
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura – IPCA (*)	114.225	118.109	119.080	120.050
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	169.263	174.070	175.272	176.474
	<u>283.488</u>	<u>292.179</u>	<u>294.352</u>	<u>296.524</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 15)	(2.445.405)	(2.528.549)	(2.549.335)	(2.570.121)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA (nota 17)	(497.145)	(514.048)	(518.274)	(522.499)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(275.535)	(284.903)	(287.245)	(289.587)
	<u>(3.218.085)</u>	<u>(3.327.500)</u>	<u>(3.354.854)</u>	<u>(3.382.207)</u>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b><u>(2.934.597)</u></b>	<b><u>(3.035.321)</u></b>	<b><u>(3.060.502)</u></b>	<b><u>(3.085.683)</u></b>
<b>Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M</b>		<b><u>(100.724)</u></b>	<b><u>(125.905)</u></b>	<b><u>(151.086)</u></b>

(\*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

## Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

A Cemig estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25.494	45.912	879.684	6.030.386	1.016.315	7.997.791
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	8.269	16.572	75.801	449.748	126.874	677.264
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2.534	5.089	23.245	137.790	378.497	547.155
	<b>36.297</b>	<b>67.573</b>	<b>978.730</b>	<b>6.617.924</b>	<b>1.521.686</b>	<b>9.222.210</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.529.190	147.152	15.552	-	-	1.691.894
	<b>1.565.487</b>	<b>214.725</b>	<b>994.282</b>	<b>6.617.924</b>	<b>1.521.686</b>	<b>10.914.104</b>

## Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$656.730.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

\* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma empresa.

### Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

### Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

### c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	30/06/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Total do passivo	13.135.859	13.910.318
Caixa e equivalentes de caixa	(293.952)	(520.887)
Fundos vinculados	(1.469)	(86)
<b>Passivo líquido</b>	<b>12.840.438</b>	<b>13.389.345</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.375.890</b>	<b>3.737.310</b>
<b>Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido</b>	<b>2,93</b>	<b>3,58</b>

## 25. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA

Em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O resultado homologado representou um reajuste tarifário de 23,19%, devendo ser ressaltado que o percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 4,30%. O percentual remanescente, de 18,89%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 9,00% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia e encargos de transmissão, e; (ii) 9,89% referente outros itens financeiros componentes da tarifa.

Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2018 até 27 de maio de 2019.

## 26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Companhia Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R\$15.107 e R\$38.948, respectivamente. Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

## **27. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Antecipação do ICMS**

Em 14 de setembro de 2018, foi emitido o Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais que estabeleceu que os pagamentos de ICMS relativos a novembro e dezembro de 2018 fossem recolhidos em 20 de setembro de 2018. O ICMS recolhido, no montante de R\$697.360, está sendo atualizado pela Selic até a data do pagamento do saldo remanescente e teve como referência para pagamento o percentual de 75% do valor recolhido pela Companhia em agosto de 2018. Até os dias 7 de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 serão pagos os valores remanescentes referentes aos valores do tributo efetivamente apurados em novembro e dezembro de 2018, respectivamente, conforme previsto no Decreto.

### **Mútuo partes relacionadas**

Em 18 de setembro de 2018, foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (Mutuante) e a Companhia (Mutuário), no montante de R\$630 milhões, sendo que sua liquidação ocorrerá em duas parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2018, acrescidas de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Companhia uma Nota Promissória no valor global de R\$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de vigência do contrato.

### **Pagamento da primeira parcela do mútuo obtido da Cemig GT**

Em 20 de novembro de 2018, a Companhia realizou o pagamento do valor de R\$486 milhões, referente à primeira parcela de principal e juros do mútuo obtido da Cemig GT, em 18 de setembro de 2018, no valor de R\$630 milhões.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

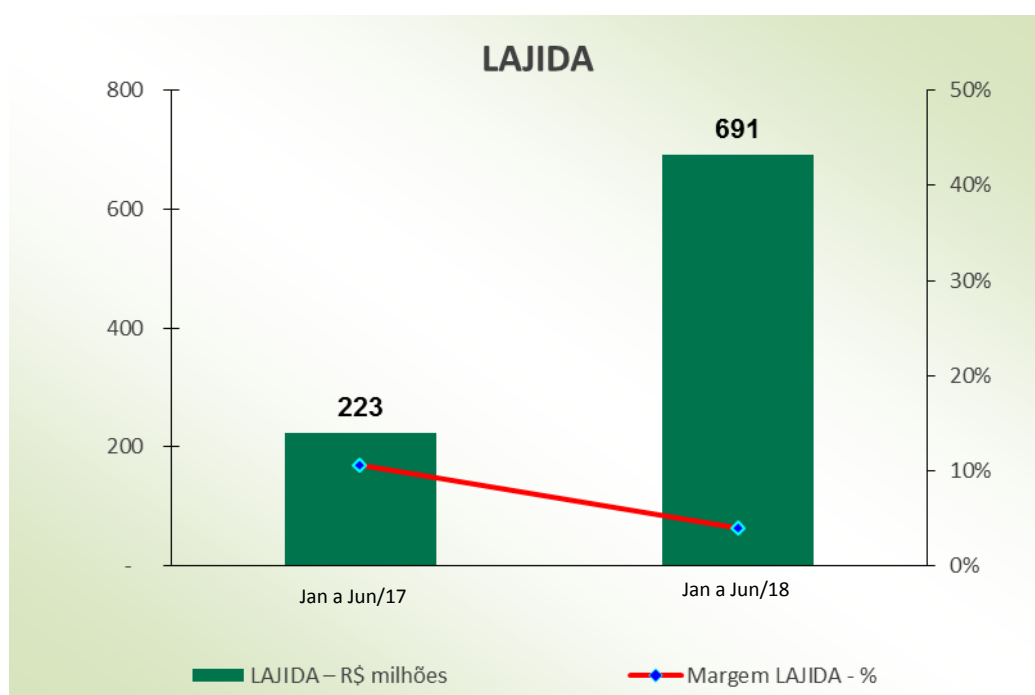
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

### Resultado do período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2018, lucro líquido de R\$177.656 em comparação ao prejuízo de R\$191.095 no primeiro semestre de 2017. As principais variações na comparação dos resultados dos primeiros semestres de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir:

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	Jan a Jun/2018 (Reapresentado)	Jan a Jun/2017	Var %
Lucro líquido (prejuízo) do período	177.656	(191.095)	-
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	91.241	(76.670)	-
+ Resultado financeiro líquido	130.058	228.106	(42,98)
+ Amortização	292.240	263.051	11,10
<b>= LAJIDA</b>	<b>691.195</b>	<b>223.392</b>	<b>209,41</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A aumento do LAJIDA no primeiro semestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017 deve-se, principalmente, ao aumento de 16,16% na receita líquida, sendo que os



custos operacionais apresentaram um aumento menor, de 8,16%, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

A margem do LAJIDA passou de 3,97% no primeiro semestre de 2017 para 10,59% no primeiro semestre de 2018.

**Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)**

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.920.535 no primeiro semestre de 2018, em comparação a R\$8.184.155 no mesmo período de 2017, representando redução de 3,22%. Os principais impactos na receita, no período de janeiro a junho de 2018, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- redução de 0,24% no volume de energia vendida para consumidores finais.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	30/06/2018	30/06/2017	Var %
Residencial	5.150.879	5.033.072	2,34
Industrial	1.239.008	1.297.569	(4,51)
Comércio, serviços e outros	2.646.108	2.731.679	(3,13)
Rural	1.719.952	1.748.525	(1,63)
Poder público	434.389	436.654	(0,52)
Iluminação pública	688.807	675.900	1,91
Serviço público	653.232	639.342	2,17
<b>Total</b>	<b>12.532.375</b>	<b>12.562.741</b>	<b>(0,24)</b>

Destaca-se a redução de 4,51% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função de: (a) desligamento de unidades consumidoras, (b) migração de consumidores cativos para o ambiente livre e (c) queda no consumo devido à greve dos caminhoneiros, ocorrida no final de maio de 2018.

Verificou-se, ainda, a redução de 3,13% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial, principalmente, em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e 1,63% na quantidade vendida para o segmento rural em função do maior volume de chuvas no primeiro semestre de 2018 com consequente redução da atividade de irrigação.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 2,34% na classe de consumo residencial, 1,91% na classe de consumo iluminação pública e de 2,17% na classe de serviço público em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

## **Receita de uso da rede – consumidores livres**

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro semestre de 2018, essa receita correspondeu ao montante de R\$825.128 comparada a R\$914.654 no mesmo período de 2017, o que representou redução de 9,79%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de aproximadamente 40% da TUSD consumidores livres, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018), parcialmente compensada pelo aumento de aproximadamente 36% ocorrido no reajuste tarifário anual de 2018, aplicável a partir de 28 de maio de 2018.

## **CVA e outros componentes financeiros**

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No primeiro semestre de 2018 foram reconhecidos valores líquidos a serem ressarcidos no montante de R\$1.150.672, em comparação a valores a serem repassados de R\$331.896 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária, na comparação com o ano anterior, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

## **Receita de construção**

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$361.492 no primeiro semestre de 2018, comparados a R\$421.112 no primeiro semestre de 2017, redução de 14,16%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

## **Impostos e encargos incidentes sobre a receita**

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.393.698 no período de janeiro a junho de 2018 comparados a R\$4.142.898 no mesmo período de 2017 representando um aumento de 6,05% decorrente dos fatores destacados a seguir:

### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.107.099 no período de janeiro a junho de 2018 comparados a R\$827.798 no período de janeiro a junho de 2017. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$125.059 no primeiro semestre de 2018, em comparação a R\$156.435 no mesmo período de 2017, uma variação negativa de 20,06%. As bandeiras tarifárias são acionadas em função do nível dos reservatórios, com o acionamento das bandeiras amarela ou vermelha, que representam maiores encargos, nas situações de baixa no nível dos reservatórios, em função da escassez de chuvas. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente. O primeiro semestre de 2017 foi impactado pelo acionamento da bandeira amarela no mês de março, com efeito no faturamento de abril, e da bandeira vermelha nos meses de abril e maio, com efeito nos faturamentos de maio e junho respectivamente. No mesmo período de 2018 verificou-se efeito apenas no mês de junho, com o acionamento da bandeira amarela no mês de maio.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$6.129.090 no primeiro semestre de 2018, comparados a R\$5.659.425 no primeiro semestre de 2017, representando um crescimento de 8,30%.

Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 21 das informações contábeis intermediárias. As principais variações estão descritas a seguir:

### Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$460.306 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$643.937 no primeiro semestre de 2017, representando uma redução de 28,52%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$17.114 no primeiro semestre de 2018 e R\$123.443 no mesmo período de 2017;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- redução de 15,50% no número médio de empregados sendo 4.384 no primeiro semestre de 2018 em comparação a 5.188 no mesmo período de 2017.

### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.412.396 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$3.054.465 no primeiro semestre de 2017, uma variação de 11,72%. Esta variação se explica, principalmente, pelos fatos abaixo:

- aumento de 8,46% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD (R\$249,88/MWh em 2018 comparado a R\$230,39/MWh em 2017) com impacto direto no preço da energia elétrica de curto prazo;
- aumento de 7,5% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado que foram de R\$1.496.426 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$1.391.971 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da inclusão da energia proveniente das cessões do MCSD (mecanismo de compensação de sobras e déficits) de energia nova, o que representou um incremento de R\$341.518 na despesa no primeiro semestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017, parcialmente compensado pela redução de energia verificada nos contratos por quantidade e por disponibilidade (11.347.202 MWh no primeiro semestre de 2018 e 12.957.063 MWh no mesmo período de 2017);
- aumento de 36,10% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$330.782 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$243.038 no mesmo período de 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 41,81% nas tarifas de cotas sendo R\$87,27 no primeiro semestre de 2018 e R\$61,54 no mesmo período de 2017.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$780.585 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$314.263 no primeiro semestre de 2017, representando um crescimento de 148,39%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL. O aumento nos valores em 2018 deve-se ao aumento dos custos de transmissão relacionados ao pagamento das indenizações de transmissão aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$148.588 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$293.043 no primeiro semestre de 2017.

Destaca-se a variação das despesas para provisões de contingências trabalhistas, que representou uma reversão de despesa no montante de R\$27.094 no período de janeiro a junho de 2018 em comparação à constituição de despesa no montante de R\$150.959 no período de janeiro a junho de 2017.

A reversão decorre de decisões favoráveis à Companhia, tendo sido julgadas improcedentes algumas reivindicações dos reclamantes. Mais informações na nota explicativa nº 18.

### **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro no primeiro semestre de 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$130.058 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$228.106 no primeiro semestre de 2017. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 34,69% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$183.201 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$280.508 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, principal indexador da dívida, de 3,17% no primeiro semestre de 2018 em comparação a 5,61% no mesmo período de 2017;
- aumento de 21,49% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$161.161 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$132.658 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito do poder público estadual, com reconhecimento efetivo de juros;

- redução de 77,22% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R\$8.974 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$39.386 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de recursos aplicados em 2018 e redução da taxa média CDI, que foi de 3,17% no primeiro semestre de 2018 e 5,61% no mesmo período de 2017, aliado à redução do saldo de recursos aplicados em 2018;
- variação do resultado líquido de variação cambial, sendo despesa líquida de R\$29.827 no primeiro semestre de 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$276 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, substancialmente, da variação do dólar (valorização de 16,56% no primeiro semestre de 2018 e 1,51% no mesmo período de 2017);
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$11.286 no período de janeiro a junho de 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$28.080 no mesmo período de 2017 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos de janeiro a junho de 2018 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 22 destas informações contábeis intermediárias.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$91.241 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$268.897. No primeiro semestre 2017 a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$76.670 em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$267.765.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c destas informações contábeis intermediárias.

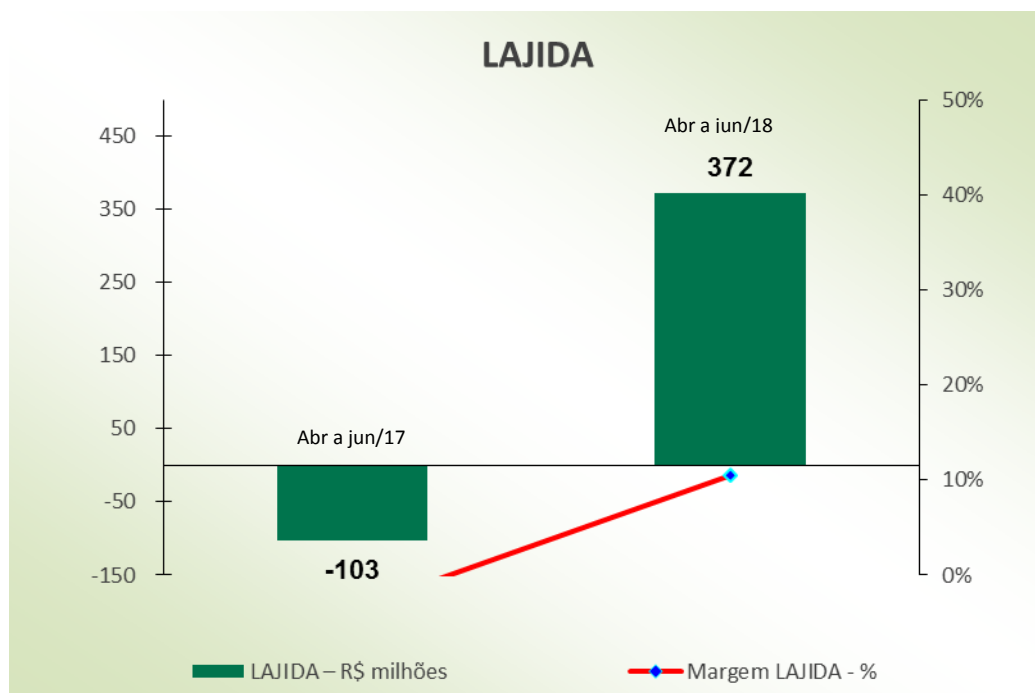
## Resultado do trimestre

A Cemig D apresentou, no segundo trimestre de 2018, lucro de R\$111.934 em comparação ao prejuízo de R\$240.003 no segundo trimestre de 2017. As principais variações na comparação dos resultados dos 2ºs trimestres de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig D apresentou um aumento no segundo trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2018 (Reapresentado)	Segundo Trim/2017	Var %
Lucro líquido (prejuízo) do período	111.934	(240.003)	-
+ Despesa de IR e contribuição social	53.345	(111.261)	-
+ Resultado financeiro líquido	59.459	114.642	(48,14)
+ Amortização	147.347	133.284	10,55
<b>= LAJIDA</b>	<b>372.085</b>	<b>(103.338)</b>	-



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A aumento do LAJIDA no segundo trimestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017 deve-se, principalmente, ao aumento de 24,29% na receita líquida, sendo que os custos operacionais apresentaram um aumento menor, de 7,35%, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

A margem do LAJIDA passou de 3,62% negativos no segundo trimestre de 2017 para 10,49% positivos no segundo trimestre de 2018.

### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)**

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.085.061, no segundo trimestre de 2018, em comparação a R\$4.005.582, no segundo trimestre de 2017, representando um crescimento de 1,98%. Os principais impactos na Receita, no segundo trimestre de 2018, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	Segundo Trim/2018	Segundo Trim/2017	Var %
Residencial	2.557.762	2.496.022	2,47
Industrial	626.931	653.536	(4,07)
Comércio, Serviços e Outros	1.294.743	1.322.077	(2,07)
Rural	954.450	950.049	0,46
Poder Público	220.791	226.041	(2,32)
Iluminação Pública	345.401	341.420	1,17
Serviço Público	331.174	324.405	2,09
<b>Total</b>	<b>6.331.252</b>	<b>6.313.550</b>	<b>0,28</b>

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 4,07% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função de: (a) desligamento de unidades consumidoras, (b) migração de consumidores cativos para o ambiente livre e (c) queda no consumo devido à greve dos caminhoneiros, ocorrida no final de maio de 2018. Verificou-se, ainda, a redução de 2,07% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial, principalmente, em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 2,47% na classe de consumo residencial, 1,17% na classe de consumo iluminação pública e de 2,09% na classe de serviço público em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

### **Receita de uso da rede – consumidores livres**

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2018 essa receita correspondeu ao montante de R\$445.246, comparado a R\$447.050 no mesmo período de 2017, o que representou uma redução de 0,40%.



## **CVA e outros componentes financeiros**

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No segundo trimestre de 2018 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos no montante de R\$709.516, em comparação a valores a serem repassados de R\$29.294 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária, na comparação com o ano anterior, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

## **Receita de construção**

As receitas de construção de infraestrutura de distribuição foram de R\$191.418, no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$239.754, no segundo trimestre de 2017, uma redução de 20,16%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

## **Impostos e encargos incidentes sobre a receita**

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.190.989 no período de janeiro a junho de 2018, comparados a R\$2.108.996 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 3,89%.

## **Conta de desenvolvimento energético (CDE)**

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$557.916, no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$411.925, do segundo trimestre de 2017.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$8.287 no segundo trimestre de 2018, em comparação a R\$127.177 no mesmo período de 2017, uma variação negativa de 93,48%. As bandeiras tarifárias são acionadas em função do nível dos reservatórios, com o acionamento das bandeiras amarela ou vermelha, que representam maiores encargos, nas situações de baixa no nível dos reservatórios, em função da escassez de chuvas. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente. O segundo trimestre de 2017 foi impactado pelo acionamento da bandeira amarela no mês de março, com efeito no faturamento de abril, e da bandeira vermelha nos meses de abril e maio, com efeito nos faturamentos de maio e junho respectivamente. No mesmo período de 2018 verificou-se efeito apenas no mês de junho, com o acionamento da bandeira amarela no mês de maio.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$3.319.766 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$3.088.400 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 7,49%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser vistas na nota explicativa nº 21 das informações contábeis intermediárias.

### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.927.103 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$1.675.757 no segundo trimestre de 2017, um aumento de 15,00%. Esta variação se explica, principalmente, pelos fatos abaixo:

- aumento de 14,03% nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$621.825 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$545.330 no segundo trimestre de 2017, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2018.
- aumento de 19,09% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$764.807 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$642.185 no segundo trimestre de 2017 em função, principalmente, da inclusão da energia proveniente das cessões do MCSD de energia nova, o que representou um incremento de R\$127.780 na despesa no segundo trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017, parcialmente compensado pela redução de energia verificada nos contratos por

quantidade e por disponibilidade (5.709.270 MWh no segundo trimestre de 2018 e 6.522.682 MWh no mesmo período de 2017);

- aumento de 23,58% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$149.437 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$120.925 no mesmo período de 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 40,95% nas tarifas de cotas sendo R\$84,88 no segundo trimestre de 2018 e R\$60,22 no mesmo período de 2017.

#### Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$409.740 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$151.817 no mesmo período de 2017, representando aumento de 169,89%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

#### Despesa com pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$234.481 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$389.758 no mesmo período de 2017, representando redução de 39,84%. Essa variação decorre, principalmente dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;
- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$17.114 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$123.443 no mesmo período de 2017;
- redução de 12,36% no número médio de empregados sendo 4.375 no segundo trimestre de 2018 e 4.992 no mesmo período de 2017.

#### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$63.823 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$156.449 no segundo trimestre de 2017.

Destaca-se a variação das despesas para provisões de contingências trabalhistas, que representou uma reversão de despesa no montante de R\$38.195 no segundo trimestre de 2018 em comparação à constituição de despesa no montante de R\$93.211 no mesmo período de 2017.

A reversão decorre de decisões favoráveis à Companhia, tendo sido julgadas improcedentes algumas reivindicações dos reclamantes. Mais informações na nota explicativa nº 18.

### **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro líquido, no segundo trimestre de 2018, foi uma despesa financeira líquida de R\$59.459, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$114.642 no mesmo período de 2017. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 30,92% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$92.550 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$133.970 no mesmo período de 2017. Esta variação deve-se, principalmente, à redução da dívida indexada ao CDI e da menor variação deste indexador, que foi de 1,56% no segundo trimestre de 2018 em comparação a 2,55% no mesmo período de 2017;
- aumento de 42,22% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$89.046 no segundo trimestre de 2018 comparado a R\$62.611 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito do poder público estadual, com reconhecimento efetivo de juros;
- redução de 87,70% da renda de aplicação financeira sendo R\$2.682 no segundo trimestre de 2018 comparado a R\$21.798 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa média do CDI, que foi de 1,56% no segundo trimestre de 2018 e 2,55% no mesmo período de 2017, aliado à redução do saldo de recursos aplicados no segundo trimestre de 2018;
- aumento da despesa líquida de variação cambial, sendo R\$28.887 no segundo trimestre de 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$8.557 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, substancialmente, da variação do dólar (valorização de 16,01% no segundo trimestre de 2018 e 4,41% no mesmo período de 2017);
- variação monetária de atualização dos saldos da CVA: receita financeira de R\$10.839 no segundo trimestre de 2018 em comparação a uma despesa financeira de R\$21.911 no segundo trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido ativo de CVA em 30 de junho de 2018, com o registro de receita financeira de atualização do saldo. No mesmo período de 2017, a Companhia apresentou saldo líquido passivo de CVA, com o registro de passivo financeiro decorrente da atualização da obrigação. Vide mais informações na nota explicativa nº 11.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 22 destas informações contábeis intermediárias.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A Cemig D apurou, no segundo trimestre de 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$53.345 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$165.279. No segundo trimestre de 2017, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$111.261 em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$351.264.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c destas informações contábeis intermediárias.

\*\*\*\*\*

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**  
Diretor-Presidente

**Luiz Humberto Fernandes**  
Diretor Vice-Presidente

**Maurício Fernandes Leonardo Júnior**  
Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**José de Araújo Lins Neto**  
Diretor de Gestão Empresarial

**Dimas Costa**  
Diretor Comercial

**Daniel Faria Costa**  
Diretor de Gestão de Participações

**Thiago de Azevedo Camargo**  
Diretor de Relações Institucionais e  
Comunicação

**Neila Maria Barreto Leal**  
Diretora Jurídica

**Ronaldo Gomes de Abreu**  
Diretor de Distribuição e  
Comercialização

**Franklin Moreira Gonçalves**  
Diretoria Sem Denominação  
Específica

**Maura Galuppo Botelho Martins**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Leonardo Felipe Mesquita**  
Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG 85.260

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Cemig Distribuição S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Reapresentação das informações contábeis intermediárias**

Em 14 de agosto de 2018, emitimos um relatório de revisão sem modificação sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erro relativa à amortização de saldos da conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 27 de novembro de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA022650/O-0